

NOTÍCIAS AFRICANAS 49

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 28 FEV. A 6 MAR. DE 1994

ÁFRICA DO SUL

Afinal, quem o Inkatha representa?

Inkatha e zulus são nomes que aparecem sempre associados nos noticiários como se um equivalêsse ao outro. Tentaremos mostrar por que isso não é assim.

Com cerca de sete milhões de membros, os zulus constituem a etnia mais numerosa da África do Sul. Apesar disso, aqueles que os pretendem representar negam-se a participar das eleições gerais de abril próximo, que enterrarão o *apartheid* como sistema e abrirão caminho para uma África do Sul democrática.

O rei dos zulus, Goodwill Zwelithin fez, semanas atrás, um patético apelo ao presidente De Klerk para que reconheça a autonomia do seu povo. Disse o rei: "Como é que espera que eu e os meus *makhosi* (chefes) encorajemos o nosso povo a cometer suicídio nacional participando das eleições?" E, à velha moda do *mfecane* (expansão militar zulu no início do século XIX), definiu o seu território: "Tudo o que é Kwazulu [o bantustão dos zulus] e tudo o que é Natal são domínios do povo zulu e dos seus ancestrais." O jovem rei parece pretender recuar a história em 170 anos, quando os zulus de Chaka, antes da chegada dos brancos, controlavam militarmente uma área de mais de 500 mil quilômetros quadrados, maior do que a França de Napoleão, com quem Chaka era, na época, comparado como gênio militar.

Eram outros tempos. Também já pertence ao passado a derrota, anos depois, que os bôeres (antepassados dos atuais brancos africanos) inflingiram aos zulus na batalha do Rio Sangrento, quando uma nova página da história da região foi aberta. Essa região ainda continua sendo majoritariamente povoada pelos zulus, mas na província do Natal vivem hoje 80% dos sul-africanos de origem asiática e cerca de 20% dos sul-africanos brancos.

A pergunta parece ser a seguinte: por que o rei zulu e o seu tio, Mongosuthu Buthelezi, primeiro-ministro do Kwazulu e chefe do partido Inkatha, se uniram aos brancos ultra-racistas para boicotar as eleições de abril e assumir uma posição separatista? A resposta nos leva à análise do regime do *apartheid* e à sua política de criação dos bantustões.

Em número de dez, pressupondo um por cada etnia, e cobrindo uma área de somente 13% do território do país, esses bantustões

se destinavam a uma independência fictícia e deles seriam cidadãos todos os negros da África do Sul, segundo sua origem tribal e independentemente do lugar onde tivessem nascido ou onde trabalhassem. Em suma: todos os negros perderiam a cidadania sul-africana, que ficaria exclusiva dos brancos. Os negros seriam eleitores somente nos seus bantustões, onde a maioria deles não mais reside e onde grande parte nem sequer aí nasceu. Na África do Sul branca (87% do território), todos os negros seriam trabalhadores imigrantes, sem direitos políticos. Esse "grande plano" do *apartheid* jamais conseguiu ser plenamente implantado, mas foi exitoso em grande parte dos seus efeitos. Somente quatro dos dez bantustões aceitaram a independência sem reconhecimento de nenhum país.

O Kwazulu rejeitou a independência, mas ficou a partir de 1972 com autonomia administrativa, com Buthelezi como ministro-chefe. Este prometeu lutar contra o *apartheid* "por dentro do sistema". Na realidade, ele utilizou a burocracia estatal do bantustão para criar uma eficiente máquina de política clientelista comandada pelo Inkatha, organização tradicionalista zulu que Buthelezi reformulou em 1975. Todos os zulus seriam membros natos da organização. A assembleia do Kwazulu, antes composta pelos chefes tradicionais, passou a contar também com membros do Inkatha.

É essa organização, hoje com forte aparato militar, que na prática decide sobre os empregos na administração, questões de terras e de moradias e que intermedeia o fornecimento de mão-de-obra barata para os empresários brancos do Natal. Ela também fornece ajuda aos zulus emigrantes para Joanesburgo, estendendo a sua ação além do Kwazulu e da província do Natal. Essa ação tinha uma contrapartida política e ideológica. O Inkatha defende o livre mercado e sempre foi contra as sanções aplicadas à África do Sul. Uma pesquisa feita em 1977 por uma empresa alemã indicava que 78% dos negros urbanizados do Natal apoiavam Buthelezi, bem como 28% dos que viviam em Joanesburgo.

As lutas anti-*apartheid*, que recrudesceram com a rebelião do Soweto em 1976, se fortaleceram bastante a partir de 1984, com a formação da Frente Unida Demo-

crática (UDF). Isso levou inúmeros estudantes e profissionais urbanizados zulus a se afastarem do Inkatha. A criação da grande frente sindical Cosatu, em 1985, atraiu muitos operários zulus. Em meados desse ano, uma nova pesquisa de opinião mostrava que, no Natal (província de maior povoamento zulu), o apoio ao Inkatha havia baixado de 78% para 33% e na área de Joanesburgo não ultrapassava os 5%. Segundo *Le Monde Diplomatique* (setembro de 1993), o Inkatha tinha, à escala nacional, um apoio que rondava os 7,5%, números que *The Economist* (15-1-94) reduz para cerca de 6%.

Desde os meados dos anos 80, quando a UDF (então, praticamente o braço interno do ANC) assumiu a liderança da luta anti-*apartheid*, o Inkatha passou a responder com violência a essa nova liderança, que provocava - por seus objetivos transnacionais, democráticos, de alcance nacional - uma tremenda erosão nos seus quadros mais jovens, mais qualificados e mais livres dos laços tradicionais zulus.

O que se seguiu é de conhecimento quase geral: cumplicidade do Inkatha com o governo do *apartheid*, tanto a nível financeiro (foi um escândalo, quando isso foi provado), como na área militar. Há uma grande responsabilidade do Inkatha, além do governo, nas 14 mil mortes ocorridas na África do Sul nestes últimos quatro anos. Com o separatismo, fruto da sua não-representatividade, o Inkatha quer levar às últimas consequências a política do *apartheid*, o que os próprios governos de minoria branca não o conseguiram. Se Buthelezi não tem força eleitoral para os seus propósitos, tem alianças, capacidade de mobilização e talvez poder de fogo para perturbar seriamente o jogo político democrático na África do Sul. Em matéria de 2 de fevereiro corrente, o *Financial Times* advertia que o pior pesadelo seria a resistência conjunta das direitas branca e negra, com os ultra-racistas fornecendo comandos, treinamento e talvez armas pesadas subtraídas do Exército sul-africano, funcionando o Inkatha como bucha de canhão. Poderiam paralisar Durban, o principal porto servindo à área-chave de Joanesburgo.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

- Viagem à nação de Savimbi 2
- Discurso permanece imutável 4
- Veiga sobrevive 5
- Soldados descontentes 6
- Moçambique ainda mais pobre 6
- Assassinados partidários do ANC 7
- As dificuldades de Volkstaat 7
- Intransigência zulu 8
- Dobrado o Cabo das Tormentas 9
- Economia sem 'apartheid' 10
- Buthelezi aceita voltar ao diálogo 11
- A informação sul-africana procura libertar-se 10
- A confirmação da independência 11
- Repatriados os 'capacetes azuis' envolvidos em escândalo sexual 12
- Ajuda só depois dum acordo de paz 14

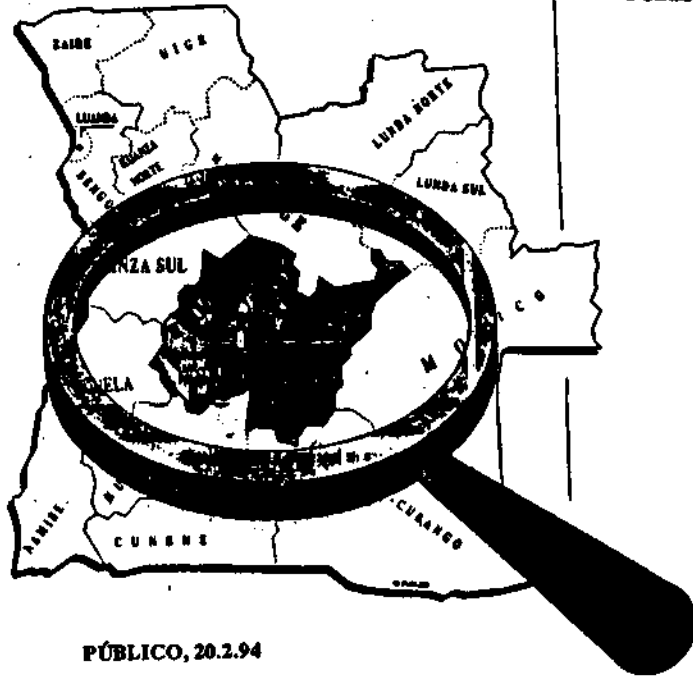
Viagem à nação de Savimbi

Do nosso enviado
António Matos
no Huambo

PÚBLICO, 20.2.94

A UNITA está de armas e bagagens no Planalto Central. O partido ensaia e no primeiro grande experiência de administração, com um governo sediado no Huambo. Há uma ideia para o ensino, os hospitais cumprem as funções básicas, há um corpo policial

próprio e os tribunais até já preferiram sentenças, uma delas relacionada com a morte de um português. Os representantes do partido de Jonas Savimbi nos Estados Unidos e nas capitais europeias e africanas deslocam-se ao Huambo para consultas com o chefe. É o país da UNITA.



PÚBLICO, 20.2.94

gem. A guarda das várias fronteiras de segurança instaladas em rede naquela região do país deu-lhe livre passagem. O camião circularia, dois dias mais tarde, nas ruas da cidade do Huambo, a capital.

A cidade está, de facto, fechada. E onde isso mais se reflecte é na falta de géneros que não se produzem na região, ou seja, a falta de quase tudo excepto milho e algumas espécies de fruta. Não há refrigerantes nem bebidas espirituosas, que já se fabricam, por exemplo, na vizinha Namíbia, não se encontram materiais de construção, o combustível é racionado, nos mercados não se vêem tecidos, os medicamentos vendem-se fora de prazo.

O que está à venda é transaccionado em kuanzas, a mesma moeda que vigora em Luanda, conhecida no

Huambo como "o panfleto do Eduardo dos Santos". É uma alusão directa ao valor que o dinheiro angolano não tem. Mas se no Huambo um dólar se troca por 60 mil kuanzas, em Luanda a moeda norte-americana é ainda mais valorizada: dava direito, há uma semana, a 160 mil kuanzas.

Esta diferença de câmbios poderia ser dramática para a UNITA se a cidade estivesse aberta às populações, já que a compra de divisas na capital do Planalto Central se tornaria numa actividade altamente lucrativa para quem trouxesse kuanzas de Luanda.

O partido de Jonas Savimbi é o principal agente económico do Huambo, desempenhando quase o papel de um Estado cen-

tralista. E a UNITA, por exemplo, quem paga os salários aos cerca de 200 trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela (CFB) que, diariamente, se mantêm nos seus postos de trabalho do Huambo, apesar de a linha estar inoperante desde o recomeço da guerra, em finais de 1993. São salários entre os 200 mil (cerca de quinhentos escudos) e um milhão de kuanzas (cerca de dois mil e quinhentos mil escudos).

Amaro Ferreira Sertório, 74 anos, 57 no serviço do (CFB). O mais antigo funcionário da "jóia da coroa" da administração portuguesa do território, que ligava o litoral (Lobito) à fronteira com a Zâmbia (Luau). Este homem, que tem parentes próximos em Portugal, por ali se mantém, elogiando o esforço da UNITA para não desmobilizar os trabalhadores do CFB. Alimenta o sonho de ainda voltar a ver "os comboios a funcionar, o que seria uma for-

Continua na pág. 3

O Cuito permanece uma cidade sem dono, mas todas as localidades à volta e as que se atravessam no caminho para o Huambo — em direcção ao litoral — ou para o Andulo — em direcção ao Noroeste — têm uma bandeira: a do galo negro, símbolo da UNITA. Neste espaço do território, conhecido como o Planalto Central de Angola, os homens de Savimbi são donos e senhores. De tal modo que ninguém fará mais de uma vintena de quilómetros sem parar num controlo militar.

O desembarque de avião nas terras da UNITA faz-se no Huambo e noutros aeroportos ainda de construção portuguesa na região. Não há aviões de carreira: ao Huambo chegam diariamente os aviões das organizações humanitárias e nas outras pistas, com cadência semelhante, aterraram aviões de carga que garantem a logística militar. De nenhum lado chegará ao coração da UNITA quem não esteja autorizado por este partido. No país de Savimbi só entra quem ele quer.

Cidade fechada

Ao longo de mais de 300 quilómetros percorridos nas estradas e picadas do Planalto Central, durante cerca de quinze dias, avistámos apenas um veículo pesado de carga que não fazia parte daquela paisa-

UNITA adia resposta a documento da mediação

A REUNIÃO marcada para ontem de manhã pelo mediador do processo de paz angolano foi adiada para segunda-feira, uma vez que a equipa negociadora da UNITA não tinha ainda pronta a sua posição quanto a princípios específicos da reconciliação nacional.

Fontes que acompanham as conversações de paz em Angola, a decorrer em Lusaca, disseram à agência Lusa que a UNITA informou ontem de manhã a mediação e os observadores de que não tinha ainda pronta a sua reacção ao esboço dos princípios específicos da reconciliação nacional entregue às partes na quarta-feira.

A equipa negociadora do Governo angolano entregou a sua resposta na sexta-feira de manhã, mas, na altura, a UNITA disse precisar de tempo

para estudar o documento, acrescentaram. A mediação e os observadores deram o resto do dia de sexta-feira à UNITA, marcando nova reunião para ontem de manhã.

A discussão sobre a reconciliação nacional começou a 31 de Janeiro, dia em que foi aprovado o documento sobre a polícia nacional angolana, mas foi suspensa devido à ausência do representante especial do secretário-geral da ONU em Luanda, Alioune Beye, e de metade da delegação da UNITA, só tendo sido retomada na segunda-feira passada.

Na quinta-feira, as duas partes aprovaram os princípios gerais da reconciliação nacional, faltando agora acordar os princípios específicos e as modalidades.

Maria de Lurdes Lopes, enviada da Lusa

Continuação
da pág. 2

Viagem à nação de Savimbi

PÚBLICO, 20 2 94

ma de levar as pessoas de volta para o cultivo das terras”.

O papel destes trabalhadores é, no entanto, equivalente ao de conservadores de um museu. A segunda composição que percorreu os trilhos (1910) e alguns dos vagões que fizeram os primeiros transportes de passageiros são acarinados como pérolas. Mas a falta de energia eléctrica, sobretudo porque não há combustível para que os geradores funcionem, deixam inactivos os equipamentos das unidades de carpintaria e de manutenção mecânica.

“Vende-se combustível”

Há três semanas, a UNITA iniciou a venda de combustível ao público, na antiga bomba da Shell, nas cercanias do bispado do Huambo. Pensava-se que o letrado “vende-se combustível” — um trufo que o próprio presidente Jonas Savimbi fez questão de exaltar quando conversou com os jornalistas da “TVI”, “Semanário” e PÚBLICO que nas duas primeiras semanas de Fevereiro estiveram no Huambo — pudesse atrair mais gente. Mas

nas ruas do Huambo continuavam a cruzar-se quase só automóveis da UNITA — viaturas “todo-o-terreno” facilmente identificáveis pela presença de elementos da segurança.

A venda de combustível — “Já estamos a vender combustível”, dizia Savimbi — é apenas um dos pormenores em que é perceptível a administração da cidade pela UNITA. Em cada esquina — a imagem poderá conter algum exagero — há elementos da nova polícia: PDPA, Polícia de Defesa do Povo de Angola. Os efectivos desta corporação distinguem-se dos demais forças da UNITA pela braçadeira em que as quatro letras contornam os bíceps do braço esquerdo.

A par da polícia existe um edifício jurídico — com “os nossos advogados e juizes”, ainda segundo Jonas Savimbi. Foi essa estrutura que julgou o homicídio do cidadão português António Augusto Teixeira da Silva, morto no dia 12 de Junho de 1993 numa rixa à porta do “dancing” Kimbanda (feiticeiro na língua nativa). Cúmes, segundo a Vorgan (rádio da UNITA que

emite em ondas curtas em frequências cedidas pela Voz da América), foram o móbil do crime e o tribunal da UNITA, célebre nas averiguações, determinou sentença de prisão a Maria Augusta de Vasconcelos e Paulo Navaria Naipaa.

Ministérios, tal e qual

A administração da cidade compete formalmente ao Governador nomeado pela UNITA logo após a conquista da cidade, em 6 de Março de 1993, Jerónimo Wanga. Mas o homem forte é o general Beja, ex-administrador da Jamba que Jonas Savimbi não hesitou em colocar à frente da cidade-símbolo. É a UNITA instalou na sua capital uma estrutura de Governo. Ministérios.

Os representantes da UNITA nas capitais europeias, africanas, em Washington e Nova Iorque deslocam-se com frequência ao Huambo, para consultas com a direcção política e com Jonas Savimbi. Não é um dado novo na história da UNITA, que antes tinha no quartel-general da Jamba um pólo aglutinador com funções semelhantes. Mas não deixa de ser politicamente relevante que

os negociadores de Lusaca — capital da Zâmbia, onde decorrem as conversações pela paz em Angola — se desloquem amiúde ao Huambo para consultas, atribuindo na prática àquela cidade o papel de capital.

O general Beja é sobretudo um homem preocupado com a recuperação gradual da cidade. Orgulha-se de ter instalado os mercados, um deles, o de São Pedro, na periferia do Huambo. É um mercado em tudo igual a todos os mercados africanos, ao ar livre, onde cada um procura vender o que tem. Uma mulher vende frascos e lata vazias, uma outra procura atrair com um molho de tomates encarquilhados. A carne rodeada de moscas só impressiona quem não precisa de a comer.

O alcatrão recuperado de um depósito na Caála, cidade a 20 quilómetros em direcção ao litoral, está a ser utilizado em remendos de estrada, com recurso a fogueiras para derreter a matéria-prima a espalhar depois de pé. Mas o único edifício em recuperação de que há notícia é a futura casa de Jonas Savimbi. ■

Comentário

António Matos

Angola II

QUEM VAI para Luanda pede um visto à embaixada de Angola; quem vai para o Huambo precisa da autorização da UNITA. Este dado inequívoco é um ponto de partida para qualquer reflexão sobre a situação actual do conflito angolano.

Depois da conquista militar do Huambo em 6 de Março de 1993, a UNITA instalou ali a sua direcção política e fez mais: quis desfazer a ideia — internacionalmente acolhida depois de ter recusado os resultados eleitorais e reactivado o seu exército — de que era um movimento rebelde, procurando demonstrar a sua capacidade de administração de um território mais vasto do que a mitificada Jamba. Constituiu-se como governo e quer criar no Planalto Central uma economia própria, impermeável à especulação “que vem de Luanda” e com uma elite empresarial (infor-

mações contidas na entrevista de Jonas Savimbi, presidente da UNITA, no PÚBLICO do dia 13 de Fevereiro).

São óbvios, neste cenário, os riscos de divisão do país. De um país ainda por cima tão marcado por fronteiras de natureza tribal, em que a maior das etnias, umbundu, encontrou em Savimbi e na UNITA uma identidade política. E esses riscos podem transformar-se em vontade política, se a lógica de guerra não ceder ao reconhecimento de que não haverá uma solução militar para a questão angolana.

Todos os dias há notícia de novas importações de material de guerra por Luanda, inclusive de equipamento destinado à sucata na república eslovaca, e Jonas Savimbi não hesita em dizer que “a UNITA é invencível” e não precisa de adquirir mais meios para a guerra, porque os tem para mais de dez anos (ainda de acordo com a mesma entrevista). A cada dia que passa, a guerra alimenta muito mais uma política de terra queimada, através da destruição das infra-estruturas do país e de sucessivas gerações, do que qualquer propósito de unidade nacional.

Quem assumiu responsa-

bilidades em busca de uma solução pacífica para Angola, nomeadamente o Governo português e a Administração norte-americana, não pode, por tudo isto, fechar os olhos à realidade de todos os dias se investir, em Angola, mais na guerra do que na paz. E, quando a situação no terreno

apresenta duas posições tão fortes como a do Governo legítimo de Luanda e a do poder de facto da UNITA, nesse esforço de mediação não se pode tomar partido. Caso contrário, a intransigência e a arrogância de ambas as partes perpetuarão o sofrimento de um povo cada vez mais ignorado. ■

INFLAÇÃO ANGOLANA A 1.840 POR CENTO — O Governo angolano constatou ontem que o país tem um índice de inflação de 1.840 por cento e que a actividade económica registou uma quebra de 23 por cento, enquanto aumentam o endividamento externo e o desemprego. Perante isso, o Conselho de Ministros propõe-se “corrigir os défices das contas internas e externas, combater as situações de desequilíbrio e injustiça social” e efectuar ao menos uma pequena recuperação de infra-estruturas económicas e dos “equipamentos das zonas degradadas do teatro de guerra”, mediante uma rígida disciplina orçamental e um controlo rigoroso na execução das despesas. PÚBLICO, 22 2 94

Lanchas para a Guiné

DUAS LANCHAS rápidas de fiscalização para a Marinha nacional guineense serão amanhã entregues em Lisboa pelo Arsenal do Alfeite, na presença de entidades oficiais da Guiné-Bissau e de Portugal. As lanchas, a Cacine e a Cacheu, construídas no Arsenal à excepção do casco, servirão à fiscalização e exercício de presença naval guineense nas águas costeiras e territoriais, segundo fonte do Estado-Maior da Armada (EMA) portuguesa. Os dois barcos, no valor de quatro milhões de dólares pagos por Bissau em contratos financiados por terceiros, estão adaptadas a operações em clima tropical, “com elevadas velocidades e manobrabilidade”, segundo o Marinha portuguesa. ■

Chicumbi e Chilessó, o país real

NO CHICUMBI e no Chilessó, a uma dezena de quilómetros do Andulo, está o que resta de duas missões. Uma católica, a outra protestante. Em ambas, algumas dezenas de crianças e adultos aprendem a ler e a escrever em português e umbundu, língua dos povos do Centro de Angola. Sentados no chão e com molhos de pedras em vez de mesas, escutam o que têm para lhes ensinar os professores que, perante o repórter, prestam vassalagem aos comissários políticos da UNITA.

Em todas as salas de aula que o repórter do PÚBLICO visitou no primeiro dia de Fevereiro, está inscrito o mote encomendado pelo partido de Jonas

Savimbi: "Ano da reflexão sobre a identidade da nossa cultura africana". Numa delas, escrito a giz com caligrafia irrepreensível, está reproduzido num retângulo preto um texto certamente copiado de um livro dos tempos coloniais. Um diálogo entre a Ana e o João sobre a utilidade do algodão, "que se produz no norte de Portugal".

Não têm livros, não têm cadernos, não têm com que escrever, o giz é utilizado até às unhas, alimentam-se antes e depois das aulas, divididas nos turnos da manhã e da tarde. Estas são, no dizer de professores e alunos, as principais dificuldades.

Esta não é, porém, uma região de Angola onde a carência

de alimentos leva à subnutrição das crianças. A terra, generosa como o clima, sempre vai dando milho, feijão e batata.

As instalações do Chicumbi eram imensas, coloniais, preparadas para um internato numeroso de missionários, na sua maioria portugueses, que partiram em 1976. Por troca com militares das forças governamentais. Com a guerra das cidades, desde Novembro de 1993, esta área tornou-se um reduto seguro para as populações, que organizaram pequenas sanzalas. Utilizam a escola e o que parece ter sido em tempos um hospital bem apetrechado.

No hospital somos recebidos com pompa e circunstância por

um "director da unidade" e um "chefe de urgências". Só que o hospital não podia ser mais conflagrador: falta absolutamente tudo, até doentes. O "bloco operativo" consta de uma maca, dois alicates tira-dentes e uma pinça, ao lado de um frasco em cujo interior disfarçado pelo pó se percebe um líquido castanho. Talvez seja um desinfectante.

Um instinto europeu dá-nos vontade de pedir a Deus que não nos deixe adoecer ali. Mas este pensamento envergonha-nos quando se constata a tristeza com que nos dizem não haver sequer medicamentos para tratar malária e diarreias, as doenças a que estas populações estão mais vulneráveis. ■ A.M.

Discurso permanece imutável

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, exortou ontem a delegação do seu Governo que há mais de três meses se encontra em Lusaca a conferenciar com a UNITA a que não abandone a capital zambiana antes de conseguir um acordo para que se acabe com a guerra civil restada no último trimestre de 1992.

Num breve discurso feito perante o Conselho de Ministros, o Presidente não disse nada de substancialmente novo, tendo insistido na necessidade de um cessar-fogo "durável" e verificável pelas Nações Unidas, que por enquanto têm ainda muito pouco pessoal em Angola.

As conversações de Lusaca ainda só deram um compromisso sobre a nova composição da

policia e outro sobre os princípios básicos da reconciliação nacional, restando ainda conseguir consenso sobre os princípios específicos e uma ideia muito clara sobre o número de efectivos da ONU que será necessário para normalizar a vida dos angolanos.

José Eduardo dos Santos acusou uma vez mais a UNITA de recorrer na Zâmbia a manobras dilatórias; e afirmou que o partido de Jonas Savimbi exerce actualmente uma "pressão militar" em diversas zonas, mas que o governo não alterará as suas posições à mesa do diálogo, ao mesmo tempo que as Forças Armadas continuarão a "responder às actividades ofensivas" do adversário.

O Presidente reconheceu que Angola se encontra num

"estado de urgência não declarado" e que a maior parte do esforço do governo nestes últimos meses tem sido para reequipar os militares e a policia (deixando portanto para trás sectores como a saúde e a educação).

No campo económico, notou que os ministros têm sido incapazes de transformar o programa de emergência num autêntico programa de desenvolvimento, por "falta de firmeza".

Kwanza em queda livre

Entre as tarefas que o governo não conseguiu cumprir conta-se a da instauração de uma "taxa única de câmbio", a fim de obter a estabilização da moeda e a recuperação do crescimento económico.

PÚBLICO, 22 2 94

No domingo, o Banco Nacional de Angola anunciou uma nova desvalorização do kwanza, da ordem de 50 por cento, pelo que o dólar foi fixado em 17.838 novos kwanzas (o que dá para o escudo mais de 100 kwanzas).

A concluir, o chefe do Estado considerou que para pôr em prática os objectivos económicos do governo não é necessário aguardar o fim da guerra, guerra que o país conhece quase ininterruptamente desde há mais de 30 anos e que já lhe causou um número de mortos muito superior a meio milhão de habitantes.

Em Lusaca, a UNITA propõe a realização de um concurso público para se escolherem os símbolos futuros de Angola, após a reconciliação: bandeira, hino e moeda. ■

Segundo o Instituto dos Media da África Austral

"Jornalistas angolanos não são livres"

HÁ CERCA de um mês, os correspondentes do PÚBLICO, da RDP e do "Expresso" em Luanda eram alvo de ameaças anónimas de morte. Afinal, diz agora o Instituto dos Media da África Austral (MISA), esse é apenas um dos episódios da pressão a que estão sujeitos os jornalistas angolanos. Num relatório a que o PÚBLICO teve acesso, o MISA confirma a morte de dez jornalistas angolanos e o desaparecimento de outros sete em 1993.

"É claro que em Angola a imprensa, a rádio e a televisão estão açoitados pelo partido do poder e pelo Governo. Os meios de comunicação social e os seus trabalhadores nas áreas controladas pela UNITA estão igualmente contro-

lados, senão em piores condições". Esta é a principal conclusão do relatório que o MISA divulga hoje em Windhoek, capital da Namíbia. O documento foi elaborado por uma missão que contou com o apoio da fundação alemã Friedrich Stiftung na sua deslocação a Luanda.

Os autores do relatório reproduzem afirmações dos responsáveis pelos vários meios, nomeadamente a Rádio Nacional de Angola (RNA), a Televisão Popular de Angola (TPA), o Jornal de Angola e a ANGOP (agência noticiosa oficial). O director da RNA, Agostinho Vieira Lopes, terá sido o menos equívoco dos entrevistados: "Nós somos uma estação do Estado, nós somos uma estação do

partido que ganhou as eleições".

O relatório retoma o caso Bela Malaquias, uma jornalista da Vorgan (rádio da UNITA) que em Junho de 1992 desapareceu de Luanda. Mais tarde, no dia 11 de Fevereiro de 1993, a Vorgan difundiu uma lacónica declaração supostamente proferida por Bela Malaquias: "O facto de eu estar a falar desmente tudo isso". O MISA diz que Bela Malaquias terá sido presa por terem sido mal recebidas na UNITA as suas relações com o irmão, Assis Malaquias, dissidente da UNITA e co-fundador do partido Fórum Democrático Angolano. O MISA recorda ainda a morte de David Bernardino, director do semanário "Jango", em 4 de

Dezembro de 1992, no Huambo.

O Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) viu também reiterada a sua denúncia, em 18 de Janeiro, às ameaças de morte aos angolanos Aguiar dos Santos, Gustavo Goeta e Mário Paiva, correspondentes de órgãos de comunicação social portugueses. O SJA foi fundado em Março de 1992, integrando então nos seus quadros vários membros da officiosa União dos Jornalistas Angolanos e alguns dos profissionais da imprensa ligada à UNITA, que na altura detinha em Luanda o semanário "Terra Angolana" (impresso em Lisboa) e a rádio Vorgan (que mantinha estúdios na Jamba). ■

António Matos

PÚBLICO, 24 2 94

PÚBLICO, 22 2 94

Fernando Nogueira não promete à ONU maior participação em Moçambique

“O esforço português é extraordinário”

PÚBLICO, 18.2.94

FERNANDO Nogueira, conversou com o seu colega americano, William Perry, e com o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, sobre as situações em Angola e Moçambique. O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, pediu ontem ao ministro da Defesa, Fernando Nogueira, uma maior participação portuguesa no contingente de tropas de manutenção de paz em Moçambique. Mas o ministro português, que veio aos EUA receber os primeiros aviões F-16 adquiridos pela Força Aérea Portuguesa, disse aos jornalistas à saída do edifício da ONU, em Nova Iorque, que não fez quaisquer promessas a Butros-Ghali sobre o aumento da participação em Moçambique porque Portugal já está a fazer um “esforço extraordinário” na sua participação em operações de manutenção de paz no estrangeiro.

Em Moçambique e em Angola, bem como, em grau mais reduzido, na Bósnia, Portugal já gastou este ano cerca de 60 milhões de dólares. Para um país que até aqui não tinha quaisquer despesas com operações deste género, estes gastos têm um pe-

so muito significativo no seu orçamento.

Este esforço, explicara Fernando Nogueira no dia anterior em Washington, dá por outro lado a Portugal alguma “autoridade moral” para pedir o comprometimento de outros países nos processos de paz de Angola e Moçambique. Foi o que o ministro português disse a Butros-Ghali e ao secretário da Defesa americano, William Perry, com quem se encontrou em Washington. A este, Nogueira enfatizou a necessidade de um maior esforço internacional particularmente no caso de Angola, onde, recordou, “está a morrer mais gente que na ex-Jugoslávia. É o que eu digo com insistência em todos os fóruns internacionais”. É certo que o caso de Angola não monopoliza a atenção mundial como o da Bósnia, reconheceu, mas tem um preço ainda maior em vidas humanas e em violações dos direitos humanos, pelo que um país como os EUA não pode descurar as suas responsabilidades no processo de paz.

A situação em Angola é mais grave que a de Moçambique, sublinhou o ministro português. Aqui, o processo está com um atraso de dois meses, o que não tem especial gravidade, dadas as diferenças culturais entre a Europa ou os

EUA e a África, em que a concepção do tempo é diferente. “Dadas estas diferenças civilizacionais”, o processo está a correr bem em Moçambique, onde o cessar-fogo está a ser cumprido, comparado com o de Angola, onde ainda decorrem combates. A comunidade internacional tem portanto a “obrigação de pressionar as duas partes em conflito para que se chegue a um acordo o mais brevemente possível”.

Fernando Nogueira, que veio aos EUA para participar na cerimónia de entrega dos primeiros dos 20 aviões F-16 que a FAP adquiriu aos EUA, discutiu ainda com William Perry alguns aspectos técnicos do material militar a ser transferido. Aos caças F-16 que vão ficar estacionados na base de Monte Real, bem como aos mísseis Stinger também adquiridos por Portugal, falta algum equipamento de “software” que lhe confere maior precisão e capacidade de identificar os alvos. O ministro português fez saber ao secretário americano que “faz questão” de que esse equipamento venha incluído nos F-16 e nos Stinger. Perry, disse No-

gueira, não deu quaisquer garantias sobre este assunto, mas deu a entender “pela forma positiva como decorreu a conversa”, que as pretensões portuguesas seriam atendidas.

Fernando Nogueira pediu ainda ao seu colega americano para que fossem abertas maiores possibilidades à indústria aeronáutica portuguesa no mercado americano, designadamente na participação em concursos internos nos EUA. Quanto aos Stinger, Nogueira lembrou a Perry que, se até agora a transferência destes mísseis consistia numa espécie de oferta americana a Portugal no âmbito do acordo da base das Lajes, agora já o não é mais. Portugal compra agora os mísseis com dinheiro saído directamente do seu orçamento de Defesa, pelo que, se houver no mercado outro tipo de mísseis pelo mesmo preço e com maiores capacidades, Portugal terá de optar por eles, mesmo que não sejam americanos.

Em Washington e Nova Iorque, Fernando Nogueira discutiu ainda, embora superficialmente, a situação na Bósnia e (com Butros-Ghali) a de Timor. Ontem à tarde partiu para Dallas, no Texas, onde decorrerá a cerimónia da entrega dos aviões. ■

Paulo Moura,
em Nova Iorque

Veiga sobrevive

PÚBLICO, 21.2.94

O PRIMEIRO-MINISTRO de Cabo Verde, o advogado Carlos Veiga, estava ontem à noite prestes a ser proclamado, pela terceira vez, presidente do Movimento para a Democracia (MPD), o partido que venceu em Janeiro de 1991 as primeiras eleições multipartidárias do arquipélago e que desde então se tem conservado no poder.

A Convenção iniciada sábado na Cidade da Praia, com a presença de 210 delegados, deveria acabar hoje de madrugada com a consagração de Veiga, apesar de entretanto se ter verificado que a ala contestatária do MPD — que boicotou os trabalhos — está mesmo disposta a formar um novo partido.

Uma vez que o grupo liderado pelo antigo ministro Eurico Monteiro decidiu não participar na Convenção, foi fácil ao primeiro-ministro fazer aprovar um conjunto de medidas

com as quais pretende revitalizar o movimento que em 1991 afastou do Governo o PAICV, que durante mais de 15 anos dirigira o país.

Em primeiro lugar, a Convenção tratou de proceder a uma vasta revisão dos estatutos, com um esforço para disciplinar as hostes que não foram atrás da contestação e com a criação de uma ala juvenil, a Juventude para a Democracia.

Na abertura dos trabalhos, Carlos Veiga reconheceu que o MPD atravessa desde há dois anos uma “crise intensa”, que espera ver agora solucionada, com a saída dos militares que não aceitaram participar na Convenção alegando fraude na escolha dos delegados.

O líder da grande viragem de Janeiro de 1991 responsabilizou de tal crise os seus adversários internos, que se teriam objectivamente aliado ao PAICV para tentarem derrubar

o seu executivo.

Contrariando o ponto de vista de alguns sectores, negou que o país esteja a ser afectado pela crise registada no partido governamental, alegando mesmo que essa crise “foi a grande prova da democracia cabo-verdiana”, agora a iniciar o seu quarto ano de existência.

Hemorragia menor

Veiga minimizou a dissidência liderada por Eurico Monteiro e considerou-a uma “hemorragia sem expressão relevante”, não dando assim crédito às sugestões de que o sector dissidente representaria cerca de um terço dos 56 deputados do MPD.

No sábado, a coincidir com a primeira jornada da Convenção, Monteiro e o seu amigo Jorge Carlos Fonseca, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, organizaram uma manifestação paralela, durante a qual falaram ao longo de duas horas a cerca de 800 simpatizantes de diferentes camadas sociais, alguns deles chegados a Santiago a partir de outras das

ilhas de Cabo Verde.

Tanto um como o outro dos dois principais elementos desavindos com o chefe do MPD defenderam a necessidade de se criar um novo partido, que ajudará porventura a fazer com que no futuro os sequazes de Veiga e os de Pedro Pires não sejam os dois únicos grupos com assento no Parlamento.

Eurico Monteiro, um advogado de 39 anos formado em Lisboa, disse que “um grupo de loucos” já deu cabo da formação que há três anos tinha a preferência de uma maioria dos cabo-verdianos; e que o primeiro-ministro faz vista grossa aos desmandos de muitos dos seus apoiantes ou aliados.

Ainda segundo o antigo ministro da Justiça, é preciso tirar agora o país do marasmo e restituir a esperança aos cidadãos, pelo que ameaçou não dar tréguas ao Governo, que fica assim sob dois fogos: o da oposição clássica, liderada pelos homens do PAICV, e o do grupo liderado por Monteiro e Fonseca, embrião de um futuro partido. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Soldados descontentes

PÚBLICO, 18.2.94

O PROCESSO de acantonamento das tropas moçambicanas, de um e outro lado, Governo e Renamo, tem estado a ser ensombrado pelo profundo descontentamento dos soldados, que se queixam de fome, mau alojamento e prolongada espera pela desmobilização.

Em particular os soldados governamentais, que são em número muito maior do que os da outra parte, queixam-se das muitas incertezas quanto à sua reintegração na vida civil, após a dissolução dos dois exércitos e da criação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

As tropas do Governo já acantonaram 24.000 homens e as da Renamo 10.000, mas as primeiras ainda têm muito mais gente para acantonar do que as primeiras, pois os seus efectivos seriam pelo menos triplos dos do adversário.

No dia 1 de Março deverá principiar a desmobilização de quem já se encontra acantonado, num processo que está previsto para acabar no fim de Maio, de forma a que entretanto se avance na formação das FADM, a constituir por partes iguais com soldados de

um e outro lado.

O pagamento de subsídios aos desmobilizados e um programa para a sua reinserção na sociedade civil estão já a ser objecto de preparativos no ministério das Finanças, pois seria um perigo mandar os ex-militares para casa — quantas vezes ao fim de sete ou oito anos nas fileiras — sem um metical no bolso. Seriam as sementes de uma nova violência, com dezenas de milhares de homens desesperados que se poderiam dedicar à pilhagem ou lançar a anarquia em muitas regiões.

As Nações Unidas procuram fazer com que haja dinheiro suficiente para que todos os que não tiverem lugar nas FADM vão para casa com 18 meses de soldo e com um subsídio de desmobilização a receber durante meio ano; de modo a que possam montar algum pequeno negócio ou de qualquer outro modo iniciar uma nova forma de vida.

As novas tropas

As novas tropas vão ser constituídas por 15.000 ho-

mens provenientes das fileiras da Frelimo e outros tantos das da Renamo, estando já um batalhão de forças especiais a ser formado na cidade portuária de Nacala, no Norte do país. Os instrutores são portugueses e a recruta deverá estar concluída até Agosto.

Quanto à preparação da infantaria, nos quartéis de Boane e Manhiça, no Sul, e de Dondo, no Centro, vai estar a cargo de 540 instrutores moçambicanos que se formaram em Nyanga, no Zimbabwe, e tem a colaboração de especialistas britânicos.

Por seu turno, os fuzileiros navais são treinados pela França na zona da Catembe, do outro lado da baía, frente a Maputo.

Tal como no século passado as diferentes potências europeias lutavam pela administração de determinados territórios na África, hoje procuram assegurar posições de influência no continente, designadamente por intermédio da formação das respectivas Forças Armadas.

Entretanto, enquanto se desmobilizam dois exércitos e se forma um novo, prossegue

lentamente o ciclópio trabalho de desminagem, que deverá ser feito em quase todo o Moçambique, onde observadores militares crêem que os antigos beligerantes teriam colocado dois milhões de minas, durante os cerca de 16 anos de guerra civil.

Por outro lado, o vice-ministro da Defesa, general Eduardo da Silva Niha, desmentiu as acusações da Renamo segundo as quais estaria a treinar um Exército clandestino em Nampula, dizendo que a pessoa que tal afirmou é mentirosa e que a poderá levar a tribunal.

Foi no dia 7 deste mês que o representante da Renamo no comando conjunto das novas tropas, Mateus Ngonyamo, acusou Niha de estar a preparar secretamente mil homens para sabotar o Acordo Geral de Paz que em Outubro de 1992 foi assinado em Roma.

"Onde é que ia arranjar dinheiro para dar a esses homens a comida, as roupas e o sabão de que necessitam?", perguntou indignado o general Niha, primeiro secretário da Frelimo na província de Nampula. e

José Pinto de Sá,
em Maputo, com Reuter

Escultor Alberto Chissano suicida-se

Moçambique ainda mais pobre

PÚBLICO, 22.2.94

NO SABADO à noite, o escultor Alberto Chissano passou o serão em família, na enorme vivenda recém-construída na Matola, nos arredores de Maputo. Depois de ver o Belenense-Sporting, que a televisão moçambicana transmitiu em directo nessa noite, Chissano despediu-se, anunciando que ia dar uma volta. Subiu ao seu quarto e enforcou-se, conforme o seu filho Samuel confirmou ao PÚBLICO. Deixou viúva, três filhos e um neto, que era o desvelo do avô. Deixou ainda, pronta a inaugurar, uma exposição individual a ter lugar na "sua" Fundação Chissano (ver PÚBLICO de 16/8/93 e de 21/2/94).

Morreu aos 59 anos, em plena forma física. Conservava um porte jovem, quase atlético, mantido pelo energético exercício que a escultura em madeira constitui. A notícia da sua morte colheu de surpresa os amigos, embora tivessem notado que, desde há tempos, parecia preocupado e bebia demais. O pintor Noel Langa, do seu círculo de amigos mais íntimas, recordou que, nas últimas semanas,

mestre Chissano "falava da sua própria morte com muita frequência". Na altura, contudo, ninguém ligou, pois a morte era tema frequente tanto na sua obra como na sua pujante oralidade. "Eu nasci no dia da morte do meu pai", dizia muitas vezes.

Segundo velhos amigos, o escultor andava amargurado com o desinteresse quase geral em torno do seu velho sonho de criar uma instituição destinada a "preservar e dinamizar as manifestações culturais de Moçambique". Oficialmente inaugurada há seis meses, pelo seu primo Joaquim Chissano, Presidente da República, a Fundação Chissano encontrava sérias dificuldades em manter uma actividade regular, à altura dos projectos do mestre.

Para Alberto Chissano, a Fundação era a grande obra da sua vida. Nela investiu esperanças e dinheiro, e é possível que tenha perdido ambos. A sua volta não terá encontrado nem apoio nem compreensão para um empreendimento que se lhe afigurava tão importante. Em Agosto, quando se resolveu a

inaugurar "clandestinamente" a Fundação, há três anos que aguardava resposta do Governo aos seus pedidos de legalização.

"Oxalá o Ministério da Cultura saiba aproveitar-se deste valioso trabalho feito por Chissano", comentou emocionado o pintor Malangatana. O primeiro-ministro, Mário Machungo, bem como outros membros do seu gabinete foram apresentados a Matola, mas ignorava-se se o Governo tenciona participar no esforço para salvar a Fundação Chissano. A secretária-geral, filha do escultor, encontrava-se em Itália com a sua irmã Otilia, e ambas são esperadas em Maputo para a realização das exéquias.

Alberto Chissano nasceu em 1935, em Mandlakazi, na província meridional de Gaza, e ali cresceu, longe da escola, apascentando os bois da família, como qualquer rapazito changana. Passada a infância, partiu em busca de melhor vida para Lourenço Marques, onde arranhou trabalho como empregado doméstico. Deuses tempos difi-

ceis, que o escultor de sucesso gostava de evocar, datavam os seus talentos de cozinheiro, de que muito se orgulhava. "Sou cozinheiro profissional", dizia, explicando o seu interesse em incluir a gastronomia moçambicana entre os objectos de estudo da Fundação.

Sempre irrequieto, emigra para a África do Sul, para trabalhar nas minas. De regresso a Moçambique, cumpre o serviço militar no exército português, em vésperas de rebentar a guerra. Desmobilizado, arranja um emprego de servente no Núcleo de Arte, frequentado então por um dinâmico círculo de artistas, incluindo o pintor António Quadros e o ceramista José Mealha. O biólogo Augusto Cabral, que fazia escultura nos "ateliers" do Núcleo, recorda que cedo reperou no interesse do servente pelo trabalho artístico e que o encorajou a experimentar a escultura, utilizando os recursos ali disponíveis.

Continua na pág. 7

Assassinados partidários do ANC

HOMENS armados não identificados assassinaram ontem de madrugada, a tiro e à facada, 14 partidários do ANC que dormiam numa casa abandonada da província do Natal, cuja autonomia é reivindicada pelo partido Inkatha e pelo rei dos zulus.

Foi a pior chacina que desde o início do ano se verificou na África do Sul e um porta-voz da polícia, Bala Naidoo, disse em Durban que 12 dos mortos tinham de 12 a 17 anos, só os outros dois sendo adultos.

O líder do ANC no Natal, Harry Gwala, afirmou à agência noticiosa SAPA que as vítimas eram militantes do seu partido que na aldeia de Creighton se preparavam para uma campanha de esclarecimento sobre as eleições gerais previstas para o mês de Abril.

O adjunto de Gwala, Zibuse Mlaba, pareceu culpar da chacina partidários do Inkatha, pois disse à SAPA que o ataque foi obra "de quem não quer que o povo vote".

O comandante da polícia na localidade de Creighton, Ben Lombard, declarou à agência Reuter: "Posso dizer que foi uma coisa política, mas não quero avançar mais nada".

Quase 2000 pessoas foram o ano passado mortas na província do Natal, onde a maioria da população é de etnia zulu e o Inkatha pretende reconstituir um antigo reino que ali existia no século passado e que foi alvo de ataques tanto britânicos como boers (ou afrikaners).

PÚBLICO, 29.2.94

O Natal, cujo nome deriva do facto de a esquadra de Vasco da Gama ali haver estado no dia 25 de Dezembro de 1497, a caminho da Índia, tem sido palco de muitos conflitos entre a população afectada à causa da monarquia zulu e os que apoiam o ANC, partido deseioso de ultrapassar as divisões étnicas.

A Comissão dos Direitos Humanos, organismo independente, diz que a violência na África do Sul já matou 14.000 pessoas nos últimos quatro anos, desde que o Presidente Frederik de Klerk começou a dismantlar o apartheid e a preparar o terreno para que todos os cidadãos tivessem por igual direito a voto.

Há 15 dias, nove mulheres e três crianças haviam sido mortas numa chacina semelhante à de ontem, ocorrida então na povoação de Richmond, também no Natal, província que se situa a Sul de Moçambique e que tem cerca de oito milhões de habitantes.

Entretanto, na sexta-feira à noite, a polícia de Joanesburgo informou que um velho negro foi morto e que cinco outras pessoas ficaram feridas devido à acção de pistoleiros que actuaram nas ruas sujas da zona suburbana de Alexandra.

Muito mais a norte, em Messina, junto à fronteira da África do Sul com o Zimbábue, uma bomba destruiu este fim-de-semana quatro salas de aula numa escola primária negra, mas não causou vítimas. ■

Continuação da pág. 6

Moçambique ainda mais pobre

Alberto Chissano fez a sua primeira obra em 1964, com vinte e nove anos de idade. Dois anos depois, apresentava ao público de Lourenço Marques a sua primeira individual, acolhida com verdadeiro entusiasmo. A partir de então, o escultor só conheceu sucessos. Expôs um pouco por todo o lado e figura obrigatoriamente em todas as colecções importantes de escultura africana contemporânea.

A sua obra, utilizando prefe-

rencialmente a madeira, mas servindo-se ocasionalmente do ferro e da pedra, foi descrita como "um eloquente exemplo da troca dialéctica entre a cultura africana e a europeia". Para Alessandro Zuccari, a escultura de Chissano "não é fruto de uma mentalidade toda empírica e artesanal, mas de uma capacidade de síntese criativa, plenamente consciente das técnicas e da inventiva de que dispõe". ■

José Pinto de Sá, em Maputo

As dificuldades de um Volkstaat

PÚBLICO, 20 2 94

VINTE PEQUENAS cidades da região sul-africana do Transvaal consideraram-se nos últimos meses parte de um desejado Estado independente reservado aos boers, o Volkstaat defendido pela Frente Popular Afrikaner.

Os municípios de Lydenburg, Groblersdal, Machadodorp, Middelburg, Witbank, Wit Rivier e Marble Hall, entre outros, têm vereadores de ascendência europeia, eleitos exclusivamente por cidadãos brancos. Mas a maioria da sua população é negra, residente nos subúrbios dos centros urbanos onde actualmente se hasteiam as bandeiras das antigas repúblicas boers de Orange e Transvaal, proclamadas no século passado.

Mesmo em zonas consideradas baluartes da extrema-direita a população negra é maioritária e o ANC provavelmente será o partido mais votado, dado que os brancos apenas ocupam núcleos residenciais no meio de municípios onde na verdade se encontram em minoria.

Por isso mesmo, talvez, é que o parlamento fictício já formado pela extrema-direita branca, o Volksraad, presidido pelo líder do Partido Conservador, Ferdi Hatzenberg, não vai ao ponto de exigir a independência total de um território que pretende autónomo. Apenas fala de confederação, de soberania política e judicial, mas de fortes laços comerciais com o resto da África do Sul.

Os afrikaners, ou boers, valorizam tanto a sua independência política que no início deste século travaram guerra contra o Império Britânico, que era então a maior potência militar do mundo. Mas mesmo os mais radicais reconhecem agora a inviabilidade económica do tão sonhado Volkstaat, o território em que se poderiam furta a uma recuada administração de cariz comunista, como julgam que seria a de um Governo dominado pelo ANC.

Não se conhecendo exactamente as fronteiras do território reivindicado, é difícil falar dos seus recursos, mas pode-se desde já acreditar num bom sector agrícola e na existência de exploração mineira. Quanto ao sector industrial, não seria muito desenvolvido, mas mesmo assim Middleburg e Witbank têm mais fábricas do que muitos pequenos países africanos.

Apesar de tais vantagens, o Volkstaat jamais seria viável sem as populações negras que trabalham nas minas, nas plantações e nas fábricas e que compram nas lojas.

Todas as sondagens indicam que 60 a 70 por cento da população sul-africana tenciona votar no ANC, cuja base de apoio se espalha por todo o país e apenas é mais tênue no Cabo Ocidental, onde o Partido Nacional espera vencer.

Na própria região Kwazulu/Natal, base do partido Inkatha, o movimento liderado por Nelson Mandela é o favorito. ■

Steven Lang,
em Joanesburgo

SUICÍDIO DO ESCULTOR ALBERTO CHISSANO—O escultor moçambicano Alberto Chissano morreu na madrugada de ontem, em Maputo. Tinha 57 anos e suicidou-se por enforcamento, em sua casa, na Matola, confirmaram à agência Lusa autoridades do seu país. Primo do Presidente Joaquim Chissano, o escultor iniciou a sua carreira no começo dos anos 60, tendo feito a sua primeira exposição em 1964, por iniciativa do pintor e escritor António Quadros. Expôs em Portugal, em capitais europeias e africanas. A sua obra está representada no Museu Nacional de Arte de Moçambique e em colecções particulares. Chissano, marcado pela tradição popular moçambicana, era também conhecido pelas suas práticas de curandeiro. O PÚBLICO de 16/8/93 noticiava que Alberto Chissano pusera de pé uma fundação com o seu nome — com objectivos artísticos e literários — que se propunha efectuar o levantamento e preservação das múltiplas facetas da cultura de Moçambique. "do Rovuma ao Maputo". Fundação clandestina, apesar da inauguração ter contado com a presença do primo Presidente, Joaquim Chissano.

PÚBLICO, 21 2 94

Intransigência zulu

PÚBLICO, 21.2.94

O CHEFE do partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, nascido em 1928, associou-se ontem ao apelo do rei Goodwill Zwelithini a favor da restauração de um reino zulu na província sul-africana do Natal, situada à beira do Índico.

Ao falar perante mais de 30.000 pessoas na região de Taylor Halt, perto de Pietermaritzburg, a capital provincial, Buthelezi reafirmou a decisão tomada pelo Inkatha de boicotar as eleições que se devem efectuar na África do Sul de 26 a 28 de Abril.

No entanto, disse que continuará a negociar com o Governo e com o ANC, apesar de em princípio ter rejeitado as mais recentes propostas de compromisso apresentadas por Nelson Mandela e apadrinhadas pelo Presidente Frederik de Klerk.

O primeiro-ministro do Kwazulu, bantustão criado pelo regime do apartheid para receber a maior parte dos quase nove milhões de zulus, reiterou o

apelo a uma monarquia constitucional feito na semana passada pelo rei Goodwill; e disse que sem ela não será possível chegar a acordo com o ANC e com o Partido Nacional, que são as duas forças com mais apoio eleitoral na África do Sul.

Buthelezi, que nos últimos dias tem assumido por vezes posições contraditórias umas com as outras, veio agora dizer que não pode aceitar a Constituição interina elaborada em 1993 e ir às urnas porque isso é contra o desejo do seu rei.

Segundo ele, as últimas propostas de Mandela não escondem o facto de que o ANC conserva ainda uma "grande margem de manobra" para, após as eleições, modificar as constituições regionais da forma que mais lhe interessar, sem ter em conta os desejos de vasta autonomia que existem nessas mesmas regiões, designadamente na de Kwazulu/Natal.

"Como sabemos que vamos pôr em causa os projectos da

aliança formada pelo ANC e pelo Partido Comunista, a vitória deles vai-nos sair muito cara a todos. Mas mesmo nesta hora tardia evitamos o confronto e cremos no prosseguimento das negociações", prosseguiu o velho nobre zulu, cuja biografia oficial o apresenta como "o político mais experimentado da África do Sul".

Para muitos observadores, porém, Buthelezi não passa de um megalómano que não aceita de modo algum a hipótese de apenas sete ou oito por cento do eleitorado total sul-africano estar disposto a apoiá-lo; e que por isso mesmo não quer ir às urnas, preferindo — por outro lado — conservar uma certa liderança a nível regional, já que em termos nacionais isso é de todo em todo impossível.

O Inkatha foi fundado em 1975, depois da proibição do ANC e do Congresso Pan-Africano (PAC), tendo procurado surgir aos olhos de muitos como uma verdadeira alternativa

àqueles movimentos, susceptível de lutar por que os negros da África do Sul alcançassem direitos de cidadania. Mas mais tarde, principalmente depois de ter começado a ser desmantelado o apartheid, verificou-se que estava a defender de forma muito especial as tradições da etnia zulu.

Perante as reivindicações feitas durante a última semana pelo rei Goodwill e por Buthelezi, o ministro dos Assuntos Constitucionais, Roelf Meyer, esclareceu ontem à tarde que não é aceitável a ideia de uma província soberana, assumida ela a forma monárquica ou republicana.

Tanto para o Partido Nacional como para o ANC, as províncias da África do Sul poderão gozar de vastos poderes autónomos, mas de modo algum ser soberanas, pois que isso significaria o desmembramento do mais rico dos países africanos. ■

África do Sul a dois meses das eleições

A tiro e à pedrada

PÚBLICO, 25.2.94

O PRESIDENTE Frederik de Klerk anunciou ontem que o líder do ANC, Nelson Mandela, lhe telefonara e se manifestara preocupado com a violência que se está a verificar na campanha eleitoral, durante a qual uma mulher negra de 39 anos fora na véspera morta a tiro por ocasião de um comício do Partido Nacional, em Roodepan, subúrbios de Kimberley.

De Klerk, ele próprio atingido por uma pedra durante outro comício, afirmou ter apreciado o telefonema do seu provável sucessor à frente do Estado, mas também disse que as chamadas telefónicas não são o suficiente para evitar a violência durante a caminhada para as eleições de Abril.

O chefe do Partido Nacional informou que Mandela lhe telefonara ainda para Kimberley, a "cidade dos diamantes", onde passara a noite depois de haver sido obrigado a interromper a campanha eleitoral devido à contestação de que estava a ser alvo na região, que fica na fronteira da província do Cabo com a de Orange.

A vítima de quarta-feira foi morta no pátio de sua casa, junto ao local onde decorria um caótico comício do Partido Nacional. Um homem chamado Iaghak Adams, genro e guarda-costas do deputado governamental Howard Isaacs, despejara um revólver sobre uma multidão de partidários do ANC que contestavam a presença ali do Presidente da República.

"Parece que a mulher nada tinha a ver directamente com a situação e que teve apenas o azar de se encontrar nas proximidades", contou um porta-voz da polícia.

Frederik de Klerk ia falar naquele comício, mas cancelou a sua presença depois de haver sido atingido no pescoço por uma pedra, durante uma anterior paragem, na sua viagem de dois dias pelos territórios setentrionais da província do Cabo. Foi a primeira vez que o Presidente da África do Sul foi atacado fisicamente durante a actual campanha, que deverá culminar com as eleições gerais de 26 a 28 de Abril.

Acusação de assassinio

O director da campanha presidencial, Chris Fisser, esclareceu que Adams foi detido e acusado de assassinio, mas De Klerk não pormenorizou se abordara os tiros na sua conversa telefónica com Mandela, tendo-se limitado a afirmar que o ANC é culpado pela violência que se está a verificar na campanha.

"Os dirigentes do ANC, a todos os níveis, devem tomar medidas específicas para controlarem os seus partidários, de modo a que não se perca esta oportunidade única que ora temos na África do Sul", disse ontem o Presidente a uns 500 traba-

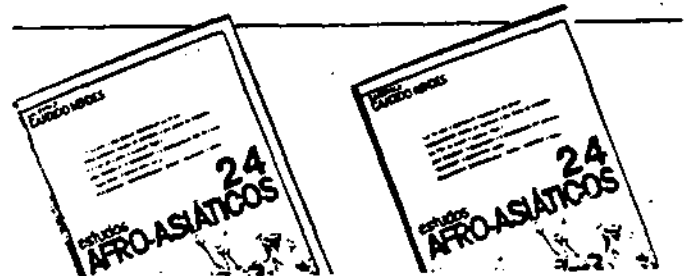
lhadores agrícolas, na sua maioria negros, ontem reunidos num recinto desportivo de Hopetown.

Frederik de Klerk contou que Mandela se manifestara profundamente preocupado com aquilo que os seus seguidores andavam a fazer e com a falta de tolerância que muita gente no ANC ainda demonstra.

"O nosso é o partido da paz", sublinhou o líder dos reformistas brancos sul-africanos, que fora atingido pela pedra logo abaixo da orelha esquerda quando tentava falar a uns quantos simpáticos negros, por entre os gritos contestatórios de manifestantes do ANC que se encontravam em Postdene, junto ao centro mineiro e agrícola de Postmasburg.

Os serviços de segurança levaram-no para um carro blindado, enquanto jovens negros e mestiços gritavam: "De Klerk, vai para o Inferno!" ■

Brendan Boyle, da Reuter, em Hopetown



Cabo Verde em vias de remodelação governamental

Dobrado o Cabo das Tormentas

O PRIMEIRO-ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga, reconduziu no cargo de presidente do Movimento para a Democracia (MPD) durante a Convenção terminada na madrugada de ontem, viu reforçados os seus poderes e anunciou para os próximos dias uma nova composição do executivo.

Sem grandes surpresas, durante o fim de semana em que durou o congresso, os 218 delegados procederam a uma ampla revisão dos estatutos, reafirmaram os princípios programáticos e elegeram os novos órgãos directivos do partido que há três anos está no poder, nomeadamente a Direcção Nacional e o Conselho Jurisdicional.

Promovido a número dois na nova hierarquia partidária, Jacinto Santos, presidente da Câmara Municipal da Praia, afirmou que o MPD "dobrou o Cabo das Tormentas" e viveu nestes últimos dias "o momento mais importante da sua história", acrescentando que, com esta Convenção, o país assistiu à refundação daquela força política.

Por seu turno, ao encerrar a reunião máxima do seu partido, Carlos Veiga voltou a reafirmar os aspectos mais importantes do seu discurso inaugural. De salientar apenas a disposição do MPD em dialogar "com todas as forças políticas", de modo a que se encontrem as melhores soluções para Cabo Verde.

No plano material, o chefe do governo da Praia destacou os resultados já obtidos ou que começam a surgir a partir dos projectos do seu executivo, nomeadamente nas áreas de infraestruturas, pescas e turismo, o que lhe permite afirmar que o seu partido estará em condições de vencer as eleições em 1996. As privatizações e o recurso ao investimento externo foram igualmente dois aspectos sublinhados nos documentos finais.

Apesar de não haver ainda nenhuma reacção oficial quer do grupo de Eurico Monteiro, dissidente do MPD, quer do PAICV (cuja Comissão Política se reúne hoje à noite), é sentimento geral que ontem começou uma nova fase política em Cabo Verde. Enquanto os apoiantes do primeiro-ministro afirmam que o partido governamental e o país irão reencontrar a tranquilidade, os seus adversários liderados pelo antigo ministro da Justiça defendem que a crise só agora começou.

Movimento heterogéneo

Criado em 1990, após o anúncio da abertura política, que pôs termo a 15 anos de partido único em Cabo Verde, podia-se notar que, pela sua heterogeneidade, o MPD era uma aliança que dificilmente resistiria ao tempo. Dominado pelos antigos elementos trotsquistas, afastados do PAIGC em 1979, antes da ala caboverdiana desse partido ter dado origem ao PAICV, o deno-

minador-comum da maior parte dos que a ele aderiram era a sua profunda animosidade em relação ao grupo de Aristides Pereira e Pedro Pires.

Entretanto, eleito em 13 de Janeiro de 1991 com mais de 70 por cento dos votos, cedo surgiram os sinais de que a convivência no seu interior era problemática. Enquanto a desconfiança e o golpismo se instalavam entre as suas duas alas principais, os observadores puderam dar-se conta de que, em muitos aspectos, o MPD era tributário do passado autoritário do antigo partido único. Sob a capa de promotor da democracia, passou a comportar-se como a entidade que decidia quem era ou não democrata em Cabo Verde.

O PAICV foi eleito inimigo da democracia, pelo que deveria ser riscado do mapa e, conseqüentemente, os seus dirigentes passaram a ser estigmatizados e perseguidos. A seguir, os novos dirigentes do país viraram-se contra aqueles

que de alguma forma dessem sinais de que não iam pela sua cartilha.

Essa conduta serviu de alguma forma para escamotear a dificuldade dos novos governantes em materializar as promessas com que se fizeram eleger. Hoje, tudo eleva a crer que o que resta do MPD irá virar-se contra os seus antigos membros.

Quanto à próxima remodelação governamental, admite-se que o actual embaixador na ONU, José Luís de Jesus, seja convidado para ministro dos Negócios Estrangeiros e que a José António dos Reis seja proposto um superministério que abrangera Saúde, Assuntos Sociais, Juventude e Emprego. [No trabalho sobre Cabo Verde publicado ontem neste jornal, escreveu-se por lapso "saída dos militares", quando a expressão correcta era obviamente "saída dos militantes".]

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Polícias para Moçambique

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas aprovou 1444 observadores da polícia para a operação de fiscalização dos preparativos das eleições em Moçambique, mas não reservou nenhuns fundos para isso; antes pediu ao secretário-geral Butros Butros-Ghali que elabore um plano para diminuir o pessoal militar destacado em tal país. Os Estados Unidos e outros membros do Conselho insistiram em que não se reserve mais dinheiro para a Onumoz, mas o Brasil lamentou que se esteja a pensar reduzir o número de "capacetes azuis" em território moçambicano, a oito meses das previstas eleições. ■ PÚBLICO, 25.2.94

Ogata estuda repatriação

A ALTA comissária das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Sadako Ogata, iniciou ontem no Zimbabwe uma visita a quatro países do Sul do continente africano com o objectivo de acelerar a repatriação de centenas de milhares de moçambicanos.

Nesta ronda, que deverá durar 12 dias, Ogata visitará campos de refugiados no Zimbabwe, África do Sul e Suazilândia, para avaliar as hipóteses de repatriação dos moçambicanos que ainda ali se encontram.

Sadako Ogata, que visita aquela região pela primeira

vez, deverá em seguida deslocar-se a Moçambique para ver as condições de integração dos refugiados que já regressaram ao país. No Zimbabwe a representante da ONU encontrase-á com responsáveis governamentais e com o Presidente Robert Mugabe.

O ACNUR pretende fazer acelerar o processo de repatriação dos mais de 140 mil refugiados moçambicanos no Zimbabwe, que começou a atrasar-se há cerca de um ano devido à necessidade de "limpar" o território moçambicano de minas e aos problemas para fornecer alimentação adequada àqueles que regressem.

"Depois desta 'tourné' regional, esperamos que o processo retome velocidade.

A campanha de consciencialização em relação às minas, por exemplo, recebeu um novo impulso e o ACNUR tem vindo a mobilizar recursos por todo o mundo para ajudar à instalação dos refugiados", explicou um responsável da ONU.

Para além dos países já referidos, existem ainda refugiados moçambicanos no Malawi, na Tanzânia e na Zâmbia. No seu conjunto, todos estes países alojavam mais de 1,7 milhões de refugiados no fim da guerra que opôs o Governo de Maputo aos rebeldes da Renamo. Mais de 200 mil desses refugiados regressaram entretanto a casa. O programa de repatriação, previsto para três anos, deverá custar 203 milhões de dólares e espera-se que, só em 1994, 600

mil pessoas possam regressar a Moçambique.

Entretanto, a Renamo reivindicou ontem em Maputo a necessidade de destacamento de "capacetes azuis" ao longo da fronteira terrestre e em "zonas recónditas" de Moçambique. Um oficial do movimento, citado pela Lusa, observou que em certas dessas zonas, abandonadas por militares do Governo e da Renamo, já acantonados, as pessoas estão a ser mortas e roubadas por "bandidos desconhecidos". Em caso de insuficiência da força das Nações Unidas, esta deverá ser substituída "por um corpo de observadores policiais capazes de garantir a segurança das populações", acrescentou. ■

Economia sem 'apartheid'

PÚBLICO, 26 2 94

NELSON
MANDELA*

A DIVULGAÇÃO do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento [PRD] do Congresso Nacional Africano [ANC], no mês passado, provocou uma agitação injustificada nos meios de comunicação sul-africanos e internacionais, com efeitos negativos no que se refere ao investimento estrangeiro.

Tudo isto se traduz na divulgação de uma frase referente à riqueza mineral da África do Sul, extraída de um documento de 80 páginas do PRD, que teve um efeito prejudicial na área do investimento e acarretou a saída repentina de algo como 1.200 milhões de dólares em fundos estrangeiros da Bolsa de Valores de Joanesburgo. «Os minérios do solo da África do Sul pertencem a todos os sul-africanos, incluindo os das futuras gerações», podia ler-se na frase que provocou a reacção dos meios de informação.

Assim, no PRD declara-se a intenção de «procurar restituir os direitos sobre a riqueza mineral ao Governo democrático». A concretização de tal intenção não faria mais do que pôr a África do Sul em paralelo com a maioria dos principais produtores mundiais de minério, como por exemplo o Canadá e a Austrália. A fim de garantir um aproveitamento óptimo de recursos naturais tão importantes como são os minerais, esses países põem à disposição dos particulares os direitos de exploração numa base competitiva.

Também desejamos abrir a nossa indústria mineira a uma maior participação e eficácia, pois não pode ser senão prejudicial a qualquer economia que grandes empresas tenham o monopólio dos direitos de exploração dos recursos minerais.

Economia de mercado

A nossa proposta está orientada no sentido da economia de mercado, por mais que os diversos meios de informação a tenham criticado, tomando-a como intenção de submeter a riqueza mineral ao controlo estatal.

Pretendemos que o Governo democrático do Estado sul-africano facilite o acesso ao sector mineiro a muitos mais participantes do que aqueles que actualmente lá se encontram.

Antes da etapa colonialista, havia em todas as regiões da África do Sul milhares de explorações mineiras. Depois a propriedade mineira concentrou-se e passou a ser um couto privado da minoria branca sul-africana.

Pensamos que a criação de pequenas e médias empresas mineiras proporcionaria boas oportunidades ao nosso povo para que pudesse de novo investir neste sector fundamental da economia nacional, e que esta indústria se poderia tornar mais competitiva e eficiente, com os consequentes benefícios para a comunidade em geral.

Obviamente, existem interesses poderosos que se opõem a tal mudança. A maioria dos nossos jornais, por exemplo, está controlada por empresas ligadas ao Partido Nacional ou pela grande multinacional mineira anglo-americana, que se sentem ameaçadas por esta tentativa de abertura da economia.

Mas se quisermos de verdade corrigir as distorções do «apartheid», teremos de alargar os princípios democráticos tanto às estruturas políticas como às económicas, o que proporcionará a todos melhores oportunidades.

O futuro Governo democrático só aplicará restrições àqueles que tentarem limitar a participação de todos os sul-africanos na vida política ou económica do país.

Distribuição injusta

O PRD é o resultado de um processo de diálogo e consulta, que prosseguirá ao mesmo tempo que formos pondo em prática o nosso programa. Convocámos já sectores-chaves da sociedade, como por exemplo o dos negócios, para participarem nele tão

plenamente quanto desejarem.

Todos os sul-africanos devem ter oportunidade de tomar parte activa na vida política e económica do país. Para que tal se concretize, o Governo terá de criar condições para o crescimento económico e para a intervenção de toda a comunidade no desenvolvimento e na reconstrução. O nosso objectivo é conseguir um equilíbrio dinâmico para a intervenção na economia, tanto do Estado como do sector privado, e da sociedade civil no seu conjunto.

Isso pode e deve ser feito se quisermos começar a eliminar o terrível legado do «apartheid». Entre as medidas necessárias para o efeito inclui-se a redução do pesado sector público em todas as áreas em que se pretender melhorar a eficiência.

Mas também se poderá encorajar a participação do sector público em sectores estratégicos por meio de aquisições parciais, empresas mistas, criação de empresas públicas ou até de nacionalizações. Não excluimos qualquer estratégia económica e só nos preocupamos com que seja a melhor e a mais eficiente para utilizar em cada situação.

A distribuição do rendimento no nosso país foi distorcida por motivos raciais e é uma das mais injustas do mundo, apesar dos grandes recursos de que dispomos. Com um Produto Interno Bruto de cerca de 110 mil milhões de dólares anuais, poderíamos assegurar a alimentação, a habitação, a educação e a saúde a todos os cidadãos — o que não se verifica actualmente.

Saúde e habitação

Sabemos, claro, que não existem soluções ou fórmulas que possam transformar instantaneamente a actual situação. Por exemplo, levará algum tempo a construir os 3 milhões de habitações que fazem falta neste país de 38 milhões de habitantes, onde muitos não têm casa ou vivem em barracas.

Em 1992 foram construídas na África do Sul 30 mil casas; este número deverá ser incre-

mentado progressivamente para que se tenha ultrapassado as 300 mil por ano quando chegar ao fim o quinquénio previsto pelo PRD. Estas habitações deverão destinar-se fundamentalmente às pessoas de mais baixos rendimentos.

O sector da saúde é outro exemplo clássico da ineficiência, da ineficácia e da injusta distribuição que nos legou o «apartheid». Embora o Estado gaste anualmente uma média de 170 dólares «per capita» nos cuidados de saúde dos seus habitantes — quase dez vezes mais do que é recomendado pelo Banco Mundial — milhões de sul-africanos carecem ainda de assistência sanitária.

O PRD deve modificar o destino das despesas públicas, que actualmente privilegiam os serviços hospitalares, e ampliar os centros de saúde primários e de prevenção para satisfazer as necessidades da maioria do povo, bastante carenciado em matéria de saúde. É necessário, sobretudo, redistribuir pessoal e orçamentos para criar serviços sanitários locais e melhorar os existentes.

Não precisamos de procurar qualquer justificação quando afirmamos que é necessário um sistema de assistência social mais forte e eficaz a fim de ajudar os sectores mais vulneráveis: os inválidos, os velhos e os doentes, muitos dos quais vivem na mais absoluta pobreza. Também são claras as razões que nos levam a afirmar a intenção de evitar que os subsídios de desemprego não passem de meras esmolas.

Para abordar estes problemas faz falta uma visão geral e integrada. Devemos aproveitar as nossas forças e superar as debilidades para construir uma economia forte e mista que nos permita financiar a reconstrução necessária e libertar os sul-africanos do estigma do «apartheid».

*Presidente do ANC;
Prémio Nobel da Paz em 1983

Exclusivo EXPRESSO/IPS
(Tradução de Alda Macedo)

Angola: lança em França

PÚBLICO, 26.2.94

A VISITA oficial que o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, realizou esta semana a Paris constituiu uma indelmentável vitória política e diplomática, embora o ministro francês da Cooperação, Michel Roussin, tivesse reafirmado a determinação de Paris de não fornecer armas a Angola antes da conclusão das negocia-

ções de Lusaca.

Uma vitória interpretada como a confirmação de Roussin como o verdadeiro «patrão» da política africana de Balladur, dadas as conhecidas relações de simpatia entre Jonas Savimbi e os ministros franceses dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, Alain Juppé e François Léotard, e a frieza que o Presi-

dente Mitterrand sempre manifestou em relação aos dirigentes angolanos.

«O facto de a visita se ter realizado agora constitui uma tomada de posição a favor de Luanda», salientam os dirigentes franceses, minimizando o «amuo» do «lobby» pró-UNITA, identificado com «um sector do Partido Republicano», liderado por Jacques Chirac.

Paris recebeu favoravelmente alguns pedidos de Luanda,

nomeadamente financeiros. Outros pertencem à esfera da diplomacia reservada. O Presidente angolano teria manifestado o desejo de ver a França usar da sua influência junto dos independentistas de Cabinda (FLÉC) para facilitar um acordo negociado, e sobre o Presidente Mobutu, para pôr termo ao «fluxo de ajudas militares à UNITA que transitam pelo Zaire vindas da África do Sul».

N.G.

África do Sul a dois meses das eleições

Buthelezi aceita voltar ao diálogo

PÚBLICO, 26.2.94

A POSSIBILIDADE de o Kwazulu e o Inkatha virem a aceitar as eleições gerais sul-africanas de 26 a 28 de Abril volta hoje a ser levantada, depois de o primeiro-ministro daquele bantustão, Mangosuthu Buthelezi, haver solicitado um reatar urgente das negociações sobre o futuro do país.

O Governo de Frederik de Klerk vai hoje mesmo efectuar conversações com Buthelezi, líder do Inkatha, e com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, a fim de se verificar se ainda é possível chegar a um compromisso pelo qual ambos deixem de pedir aos seus adeptos que boicotem as primeiras eleições multi-raciais do país.

Depois de todas as suas reservas da semana passada, o imprevisível primeiro-ministro do Kwazulu e chefe do partido Inkatha aceitou finalmente uma proposta do governo para conceder um estatuto especial ao rei Goodwill, como forma de se reatar o diálogo e de se tentar que o maior número possível de formações políticas participe no processo eleitoral.

As autoridades da África do Sul admitem agora que seja montado um sistema especial de segurança para o rei tradicional dos zulus, como forma de responder de algum modo às suas pretensões de autonomia para o maior grupo étnico do país, que engloba cerca de nove milhões de indivíduos.

Na semana passada o governo e o ANC, de Nelson Mandela, haviam admitido a hipótese de ceder o mais possível às reivindicações do rei, do Inkatha e da extrema-direita branca, que não querem um Estado centralizado mas sim uma administração de tipo federal, que respeite as particularidades de cada um dos grupos populacionais.

Buthelezi dissera então que o que estava a ser oferecido não era ainda suficiente, mas Mandela admitira que as portas não se fechassem de vez, pois que o líder do Inkatha ainda poderia vir a reconsiderar, depois de saber com mais pormenor o que é que na verdade lhe estavam a propor. E parece que foi isso o que na verdade agora aconteceu, neste supercomplicado

processo negocial a que a República da África do Sul tem vindo a assistir nos últimos anos; de modo que na próxima terça-feira os líderes do ANC e do Inkatha vão conferenciar, pela primeira vez desde Junho do ano passado.

Visita de Ruud Lubbers

Amanhã chega à Cidade do Cabo o primeiro-ministro da Holanda, Ruud Lubbers, que se reúne com o Presidente De Klerk, com Mandela e com a extrema-direita branca, mas que não agendou contactos com Buthelezi.

Semelhante atitude por parte do representante da potência europeia de onde no século XVII seguiram as primeiras famílias que iriam formar a comunidade boer, ou afrikaner, diz bem do conceito em que o chefe do Inkatha é tido em muitos círculos: uma personalidade inconstante e nem sempre do mais fino trato diplomático.

Há mais de 30 anos que um primeiro-ministro holandês não visita a África do Sul,

que durante algumas décadas viveu com verdadeiro pária da Humanidade, e a deslocação de Lubbers marca o fim do isolamento, numa altura em que todo o povo — branco, preto, indiano e mestiço — é chamado pela primeira vez às urnas.

Numa última tentativa para que as autoridades regionais do Kwazulu e a direcção do Inkatha (que ao fim e ao cabo são uma e a mesma coisa) não boicotem as eleições é que o ministro do Interior, Danis Schutte, vai hoje a Ulundi, a capital do bantustão, conferenciar com o rei e com Buthelezi.

O Parlamento reúne-se durante a próxima semana, na Cidade do Cabo, a fim de alterar a Constituição interina que aprovara em Dezembro e de dar mais poderes às nove províncias, estados ou regiões em que de ora em diante a África do Sul fica administrativamente dividida, bem como possibilitar listas separadas para a Assembleia Nacional e para as assembleias regionais. ■

Jerpe Heller

A informação sul-africana procura libertar-se

OS MEIOS de Comunicação Social estão a desempenhar um papel-chave na primeira campanha eleitoral sul-africana em que pessoas de todos os grupos étnicos têm o direito de participar, mas receia-se que a sua relativa liberdade seja um sol de pouca dura.

O Conselho Executivo Provisório que fiscaliza a acção do Governo durante estes meses que antecedem as eleições gerais de 26 a 28 de Abril criou uma Comissão Independente para os Meios de Comunicação, cujo objectivo principal é garantir o acesso de todos aos meios informativos e uma cobertura equitativa das diferentes forças políticas.

A nove semanas da ida às urnas, as principais reportagens da rádio, da televisão e dos jornais sul-africanos são relacionadas com a campa-

nha eleitoral, num país onde pela primeira vez mais de 20 milhões de pessoas são chamadas a pronunciar-se sobre os políticos que mais desejam ver no Parlamento.

A liberdade de imprensa nunca foi tão grande quanto o é hoje, mas mesmo assim receia-se que isto não passe de mais uma "Primavera de Praga" e que daqui a uns quantos meses tudo volte quase à primeira forma.

Até há quatro anos, era proibido fazer citações de qualquer militante do ANC ou de outros grupos na clandestinidade; e fechavam-se os jornais que publicassem dados considerados contrários ao "interesse do Estado". Mas a partir de 1990 as autoridades começaram a recorrer menos às leis formuladas para restringir a liberdade de informar.

PÚBLICO, 27.2.94

Jornalista condenado

No entanto, elas continuam a existir e ainda no ano passado um jornalista foi condenado a um ano de prisão por não querer prestar declarações sobre um discurso a que assistira, feito pelo então presidente da Liga Juvenil do ANC, Peter Mokaba.

O movimento de Nelson Mandela obrigou o Presidente De Klerk a revogar dezenas de leis que não eram consideradas democráticas, mas a legislação contra a imprensa mantém-se; e, para além dela, os jornalistas estão ainda sujeitos à violência sempre que pretendem cobrir o que se passa nas zonas habitadas por negros.

No ano passado um jornalista negro morreu depois de atacado à machadada por

um bando de jozins a sul de Joanesburgo, enquanto em Janeiro último um fotógrafo de etnia indiana foi morto em Katshehong, a leste da grande metrópole.

Alguns jornalistas usam colete à prova de bala quando se deslocam a certas áreas e nos bairros mais afectados pela violência pedem a assistência da polícia, de modo a que se possam movimentar em carros blindados.

A própria rede estatal de rádio e televisão, SABC, já adquiriu veículos à prova de bala para as suas equipas de reportagem, notando-se que os jornalistas negros são precisamente os que mais se arriscam: sempre que fazem um trabalho algo crítico em relação a determinado partido da maioria negra, consideram-nos traidores e poderão vir a ser queimados vivos, pelo método do "colar". É só pendurar-lhes ao pescoço um pneu embebido em gasolina e depois pegar fogo. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

Moçambique: ONU reconhece abuso de menores

Repatriados os "capacetes azuis" envolvidos em escândalo sexual

Iain Christie*

A ONU reconheceu que os "capacetes azuis" destacados em Moçambique se envolveram sexualmente com prostitutas menores. Dizem que o problema está agora resolvido. A organização que denunciou o escândalo aponta o dedo para outros países onde estão destacadas forças pacificadoras. E perguntam: não seria melhor repensar os critérios de treino e selecção das tropas?

Começou por ser um boato, depois estalou o escândalo com as denúncias de organizações não governamentais (ONG) e agora, finalmente, as Nações Unidas reconheceram-no: pessoal da ONU, nomeadamente "capacetes azuis" colocados em Moçambique para assegurar a manutenção da paz, pagaram a crianças para ter sexo.

Alguns dos envolvidos — e para já fala-se apenas em alguns — já foram repatriados, disse em conferência de imprensa Berouz Sadry, o representante do secretário geral das Nações Unidas em Moçambique. Recusou-se, contudo a especificar nacionalidades.

Sadry revelou ainda que visitou, juntamente com sua equipa, as cidades com maior número de tropas da Onumoz (Operação das Nações Unidas em Moçambique) — Nampula no norte, Beira e Chimioio no centro, e Inhambane e Maputo no sul.

"A equipa de investigação descobriu que havia de facto angariação de prostitutas, entre as quais se encontravam algumas menores, por pessoal da Onumoz, que não tiveram em conta os códigos de disciplina e as ordens explícitas dadas a inúmeros membros da Onumoz para que evitassem ligações sexuais com mulheres moçambicanas", disse Sadry ao ler o relatório oficial.

"A prostituição já existia (...) antes da chegada do pessoal da Onumoz, e a chegada do pessoal da Onumoz e das suas famílias, que possuem bastante dinheiro quando comparado com a situação aqui existente (...) exerceu uma forte influência no fornecimento de mulheres jovens dispostas a tornar-se prostitutas."

Actualmente, e após o acordo de paz de Outubro de 1992, estão seis mil pessoas destacadas pela ONU em Moçambique, país que o Banco Mundial ainda considera ser o mais pobre de todo o planeta.

A chegada do pessoal da Onumoz, disse Sadry suavizando a questão, fez com que em algumas cidades a prostituição crescesse "de forma perceptível". "Algumas das prostitutas envolvidas nesta

actividade em crescimento são menores... Em alguns casos parece que o pessoal da Onumoz procurou os serviços dessas menores."

E continuou: "A equipa de investigação não encontrou provas de relações homossexuais envolvendo pessoal da Onumoz e rapazes moçambicanos." Sadry disse que alguns dos envolvidos no comércio sexual já foram repatriados, mas não quantificou nem tão pouco revelou as suas nacionalidades.

Especialmente visados, quando das primeiras acusações, foram mil "capacetes azuis" italianos pertencentes ao batalhão Albatroz. A Itália negou oficialmente as acusações mas os movimentos das suas tropas passaram a ser controlados e restritos a determinadas áreas.

Não só italianos

Aldo Ajello, italiano e representante especial das Nações Unidas, diz que foi "criada uma impressão errada" de que um único contingente de tropas estaria envolvido. Seria "falso e injusto" continuar a centrar esta questão apenas nos italianos, argumentou.

Os investigadores dizem ter entrevistado todos os que foram publicamente acusados: "capacetes azuis", familiares e rapazes que alegadamente actuavam como proxenetas.

O escândalo foi levantada a nível internacional, há

um mês, por ONG do Ocidente, em particular Save The Children, norueguesa, e a Redd Barna.

A ONU, que começou a encarar este caso com desmentidos veementes, deu braço a torcer e diz agora que as ONG "merecem a gratidão das Nações Unidas pela pronta defesa dos interesses das crianças de Moçambique". Sadry acreditar que o assunto está encerrado e resolvido: com as restrições de movimentos, dificilmente o pessoal da Onumoz conseguirá envolver-se em casos de prostituição.

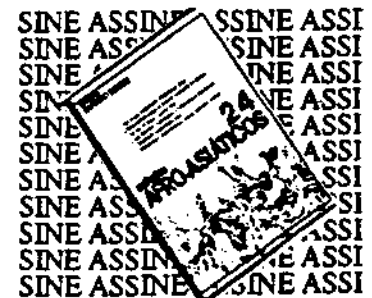
As ONG dizem-se "satisfeitas" com a declaração das Nações Unidas. A Redd Barna expressou mesmo a sua apreciação "pela objectividade e seriedade com que foi investigado o assunto". A satisfação alarga-se ao governo moçambicano, cujo ministro da Justiça anunciou a criação de uma comissão de inquérito e de um programa, a iniciar brevemente, "dirigido à problemática do comércio sexual".

Mas a Redd Barna lembrou que "Moçambique não é o único país no qual as forças de manutenção da paz das Nações Unidas se envolvam em casos de conduta negativa". Exigem "o estabelecimento de melhores sistemas de selecção, treino e supervisão das tropas", especialmente nesta altura em que o papel dos "capacetes azuis" tende a crescer no mundo. ■

* da Reuters

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, disse ontem na região de Kimberley, onde esteve em campanha, que conta cumprir um mandato de cinco anos na Presidência da África do Sul, se for eleito pela Assembleia Nacional a escolher dentro de dois meses. Desmentindo os rumores de que se retiraria pouco depois das eleições do fim de Abril, explicou que só no termo de tal mandato, aos 80 anos, poderá pensar em se afastar de cena, abrindo lugar aos mais novos. Entretanto, anunciou que na terça-feira vai incitar o chefe do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, a deixar de boicotar o acto eleitoral. A reunião que nesse dia efectua segue-se às conversações que durante o fim-de-semana o ministro do Interior, Dante Schutte, está a ter com Buthelezi e com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, a fim de se procurar um compromisso quanto às reivindicações

autonómicas da maior das etnias sul-africanas. Ontem, elementos da extrema-direita branca aliados do Inkatha exigiram a posse de Richards Bay, o principal porto que o país tem para exportar carvão, na costa da província do Natal, a meio caminho entre Durban e a fronteira com Moçambique. Dirigentes do Movimento de Resistência Africana (AWB) discursaram na praia daquela localidade e disseram que não querem mais negociações com o governo nem com o ANC, insistindo na ideia de um Estado autónomo a ser administrado por brancos e eventualmente a formar por uma série de parcelas, sem continuidade geográfica. Pretória e Bloemfontein, a capital da província do Orange, são algumas das cidades com que os "boers" querem ficar, quando a generalidade do país for perdida por Mandela. ■ PÚBLICO, 27.2.94



Presidente angolano termina hoje visita a Paris

Ajuda só depois dum acordo de paz

Ana Navarro Pedro,
em Paris

Na sua visita a França, José Eduardo dos Santos não conseguiu promessas de apoio militar. Apesar dos muitos interesses em jogo e de dissonâncias no interior do próprio Governo, a França só revê a sua política depois de um acordo político em Angola.

As esperanças que o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, punha numa melhoria das relações franco-angolanas durante a sua visita oficial de três dias a Paris saíram goradas: a França deu-lhe claramente a entender que não dará ajuda militar nem equipamento bélico ao Governo angolano enquanto as negociações de Lusaca entre Luanda e a UNITA não tenham chegado a um resultado.

Esta primeira viagem de José Eduardo dos Santos ao estrangeiro, desde as conturbadas eleições angolanas de 1992, tinha dois grandes objectivos, revela a imprensa francesa: obter uma ajuda militar de Paris a Luanda, e convencer a França a fazer pressão para que cessem os fornecimentos de armas, de munições e de combustíveis à UNITA a partir do Zaire. O Presidente angolano desmentiu ontem formalmente numa conferência de imprensa ter vindo procurar ajuda militar a Paris.

Apesar das alegações do Presidente, os dois pontos referidos estão inextricavelmente imbricados numa teia de interesses cruzados dos dois países. Esses interesses — todos eles de cariz económico, militar e diplomático —, tornam-se ainda mais complexos quando entram em linha as incríveis dissonâncias do Governo francês em relação a Angola.

Pegando por pontinha tão simples como as questões de ordem financeira, entra-se depressa num labirinto bem com-

plicado. A França excluiu à partida a hipótese de uma renegociação bilateral da dívida angolana, na casa de várias centenas de milhões de dólares, porque Luanda interrompera o reembolso dos juros desde há quase um ano. Mas esta posição de princípio dilui-se num jogo bem mais vasto das relações económicas bilaterais, elas próprias indissociáveis de aspectos políticos e militares tanto bilaterais como internos.

É que, graças aos dólares do petróleo, Luanda tem os meios necessários para comprar armas e infra-estruturas petrolíferas à França — ou a qualquer outro fornecedor. Os contratos são, à priori, aliciantes para Paris. Mas a sua conclusão passaria pela companhia petrolífera francesa, Elf-Aquitaine, que tem importantes interesses em Angola.

A Elf (agora em pleno processo de privatização) alega que o peso da fiscalidade em Angola é de tal ordem que mal lhe sobram lucros. A proposta angolana — por debaixo da mesa — seria então de renegociar os contratos da Elf de forma vantajosa para a companhia francesa, e obter em troca o avanço de fundos suficientes para comprar armas e equipamento militar e petrolífero à França.

A proposta é tentadora para Paris no plano económico, sobretudo nestes tempos de crise económica, como uma taxa de desemprego particularmente elevada no sector de armamento. E traria também vantagens diplomáticas, pois há muito que Paris tenta reduzir a força e a influência das grandes companhias petrolíferas americanas (e portanto da diplomacia dos EUA) em Angola.

Dissonâncias francesas

Mas, no mesmo plano diplomático, a troca teria um aspecto delicado, pois o Governo francês apareceria na cena internacional a dar a imagem de um país mais preocupado pela defesa dos seus interesses financeiros do que pela procura de uma solução negociada para o conflito angolano — isto quando, oficialmente, Paris privilegia o processo de negociações em curso na ONU entre os dois beligerantes.

É aqui que as próprias dissonâncias do Governo francês, relatadas ontem pelo jornal "Libération", complicam ainda mais a situação. Segundo o jornalista

Stephan Smith, o Presidente da República, François Mitterrand, está contra "tudo o que possa ser interpretado como um sinal negativo em plena procura de uma solução pacífica". Esta posição é mais ou menos partilhada pelo Quai d'Orsay (o MNE francês), que ficou "embaraçado" porque a proposta de Eduardo dos Santos "calha em má altura".

Mas há que contar ainda com outras posições. A do ministro da Defesa, François Léotard (supostamente amigo pessoal do líder da UNITA, Jonas Savimbi) é "totalmente contra". O que já lhe valeu a acusação de "fazer tráfico de armas a favor da UNITA", por parte de um diplomata de Luanda. No Ministério da Cooperação, onde reina o verdadeiro patrão da política africana, Michel Roussin, atinge-se a perfeição na ambiguidade: "Não há complexos favoráveis", diz um conselheiro. Por último, há que não esquecer o ministro do

Interior que, Charles Pasqua, ao contrário do que o seu nome indica, é extremamente activo no exterior (de preferência em África e no Médio Oriente), mas fora do controlo do Governo.

Neste caso, Pasqua é totalmente a favor da ajuda militar a Luanda e para que se acabe com os fornecimentos militares à UNITA. O que já mereceu resposta por parte de um dirigente da UNITA, que acusa o ministro do Interior francês de "tirar proveito de umas vendas de petróleo angolano que nunca entram nos livros de contas". Nenhuma das duas acusações, contra Léotard e contra Pasqua, apresenta a mais leve ponta de prova, sublinha o "Libération".

É difícil atribuir a "vitória" a uma ou outra facção no meio deste imbróglio. Mas Paris põe um ponto final no assunto sublinhando que a simples visita de José Eduardo dos Santos representa já uma tomada de posição francesa a favor de Luanda. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *Instituições nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00 (Dólar comercial). *We ask exchange.*

I M P R E S S O